

# CAS CONSTITUINTE

16 JUN 1986

As críticas da OAB à Comissão Afonso Arinos e seu trabalho, comparado ao estilo Médici e Geisel.

O presidente da seção do Rio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Nilo Batista, fez ontem uma recomendação para que o anteprojeto de Constituição a ser elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais não seja enviado à Constituinte com tal condição, e acompanhado de uma exposição de motivos do presidente da República, "mas apenas como uma contribuição igual a de qualquer instituição ou entidade brasileiras".

"Não é preciso, de maneira nenhuma, chegar ao estatismo e à centralização dos governos Médici e Geisel", disse Nilo Batista, ao falar sobre a identificação entre a tese estatizante defendida pelo presidente da comissão, Afonso Arinos, e o modelo econômico adotado nos governos dos dois generais, constatada em pesquisa que o repórter Hélio Contreiras, da sucursal do Rio do *Jornal da Tarde* fez em sua documentação sobre o regime militar.

Para Nilo Batista, na busca de um modelo econômico, "deve-se procurar o equilíbrio, e onde a iniciativa privada está contribuindo para o desenvolvimento social, tem-se de admitir a realidade, mesmo porque há lugares onde ela falha e há lugares onde tem êxito". O advogado admitiu que há uma tradição de ineficiência na ação econômica do Estado.

"Pelo menos na ditadura, que

dispôs de muito dinheiro e de um poder incontestável, sem que os tribunais pudessem discutir com profundidade as decisões mais importantes da área econômica estatal, o resultado foi fraquíssimo".

Nilo Batista lembrou que o temor da OAB era o de que fosse enviado (o que está previsto) um anteprojeto de Constituição elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais à Constituinte, com todo seu peso político, já que enviado pelo presidente da República.

"Era isso que nós temíamos. De repente, enfim, o governo constituiu uma comissão, e sem embargo disso, é importante uma discussão a nível nacional. E a Ordem procura isso através de seus congressos, sendo o próximo, em agosto, em Belém", disse Nilo Batista. Batista deplorou a agressão pessoal que o presidente da comissão, Afonso Arinos, fez ao presidente do Conselho Federal da Ordem, Hermann Assis Baeta, durante entrevista à revista *Isto É*.

O presidente da seção do Rio da Ordem, disse que se fosse para fazer um novo Código Penal, estatizadamente de acordo que uma comissão preparasse o ponto de partida. "Mas uma comissão é diferente, não se pode mesmo adotar um pacote como se fosse um ponto de partida."

Ainda sobre o modelo econômico autoritário, que causou ata-

ques de defensores de uma estatização, como mostram documentos do regime militar, aos que defenderam nos governos Médici e Geisel a livre iniciativa, o advogado Nilo Batista disse:

"Pessoalmente é preciso verificar a realidade. Há setores em que o Estado tem responsabilidades, como o da Educação e Saúde, e de ser eficiente, e não paternalista. Mas a iniciativa privada continuará a ter um papel fundamental. E, neste momento, não há condições de abrir mão da iniciativa privada".

A posição da Ordem com relação à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, ao contrário do que pareceu supor o professor Afonso Arinos, em uma de suas entrevistas, nada tem de pessoal. Nilo Batista lembrou o argumento em que ela se baseou: "A criação de uma comissão necessariamente elitizada e circunscrita não pode substituir um debate amplo de bases, que envolva toda sociedade brasileira, que não pode ser comprometido pelas elucubrações e os 'achados' de um grupo de pessoas, por mais importantes e respeitadas que sejam, principalmente se é para elaborar um anteprojeto que seria submetido às tensões e aos entendimentos dos parlamentares, comprometendo até mesmo o processo de mudanças, pela centralização das propostas constitucionais".

JORNAL DA TARDE

CIPTAC